



**MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

PL 10

LDO

Ofício nº 050/2022

De: Gabinete da Prefeita

Para: Presidente da Câmara Municipal de Desterro do Melo

Assunto: Encaminhamento/Faz

Data: 13 de abril de 2022.

Protocolo Nº: 99/2022  
Data: 13/04/22 h 16:20  
Ass. Rep.: SM/MLPZ  
CÂMARA MUN. DESTERRO DO MELO

Sr. Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste encaminhar a esta Egrégia Casa o Projeto de Lei 010, anexo.

Certa da melhor acolhida, renovando-lhes os protestos do mais elevado apreço, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
Mayara Garcia Lopes da Silva Tafuri

Prefeita Municipal

Ao

Exmo. Senhor

Alípio Ferreira de Lima Filho

Presidente da Câmara Municipal

DESTERRO DO MELO – MG

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Mensagem

Exmo. Sr. Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, projeto de Lei a respeito das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição da República.

O referido projeto dispõe sobre as prioridades e as metas da administração pública municipal; a organização e a estrutura dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração dos orçamentos; as despesas com pessoal e encargos sociais, as alterações na legislação tributária; autorização para remanejamento, transposições e realocações de recursos e outras matérias de natureza orçamentária.

O projeto prevê, ainda, a fixação de limite para as despesas do Legislativo Municipal, conforme determinação do art. 29-A, da Constituição da República, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

A especificação dos programas que darão corpo a essas prioridades, bem como às metas que se pretende alcançar em 2023, constará do projeto de lei orçamentária a ser remetido à Câmara Municipal em consonância com o Plano Plurianual a ser estabelecido para o quadriênio 2023-2025, observados os anexos de metas fiscais para o período.

Ressaltamos que os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais da LDO serão encaminhados posteriormente para análise conjunta com o texto da LDO, visando sua discussão e aprovação.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



**MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Certa de que este projeto de lei terá a necessária aquiescência desta Augusta Casa, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevado apreço.

**MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610**

Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
OAB: C-499 - OAB/CP-Brazil, OAB/Praia Grande, GU/218786000018  
Comunicação Pública da União Federal do Brasil - RTB, OAB/BRAZ  
e TAFURI:09046837610  
Data: 2022-04-13 15:09:52  
Pasta: 2022-04-13 15:09:52  
Pasta Padrão: Versão: 9.7.0

Mayara Garcia Lopes da Silva Tafuri

Prefeita Municipal

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 · E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de Lei nº 010 de 13 de abril de 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2023, do plano plurianual para o quadriénio 2023-2025 e dá outras providências.

### **A PREFEITA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2023, compreendendo:

I – As prioridades e metas da administração pública municipal para o quadriênio 2023 a 2025;

II – A estrutura e organização dos orçamentos;

III – As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

V – As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII - As disposições sobre a dívida pública municipal; e

VIII - As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

a) metas fiscais elaboradas em conformidade com os §§1º e 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) riscos e eventos fiscais elaborados em conformidade com o §3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI AUTORIZADA A ASSINAR DOCUMENTOS PELA AUTORIDADE PÚBLICA DE DESTERRO DO MELO, NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PREFEITA, CONFORME ARTIGO 1º, PARÁGRAFO 1º, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.  
Poderão ser feitas alterações no documento.  
Data: 13/04/2022 17:00:00  
Firma Digitalizada: 07/04/2022 17:00:00

*Avenida Silvério Augusto de Melo, nº. 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)*



## **MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS**

parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

- I – Pessoal e encargos sociais;
- II – Juros e encargos da dívida;
- III – Outras despesas correntes;
- IV – Investimentos;
- V – Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e,
- VI – Amortização da dívida.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – A concessão de auxílios financeiros, contribuições e de subvenções sociais e econômicas;
- II – Ao pagamento de precatórios e requisições de pagamento de pequeno valor expedidas pelo Poder Judiciário, e,
- III – As despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:  
09046837610

*Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)*



## **MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

- I – Mensagem;
- II – Texto da lei;
- III – Quadros orçamentários consolidados;
- IV – Anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

§1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I – Evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;
- II – Evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
- III – Resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
- IV – Resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
- V – Receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;
- VI – Receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;
- VII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;
- VIII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;
- IX – Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
- X – Programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA  
Data: 08/08/2018 - 10:47:40, 100% digital.  
Local: 36210-000 - Fábrica, Desterro do Melo - MG  
Identificação: 09046837610  
Observações: A assinatura é de autoria da pessoa que realizou o ato.  
Assinatura gerada automaticamente pelo sistema.

*Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)*



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

§2º As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no art. 166, §3º, da Constituição Federal e na alínea “b” do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

- I - dotações com recursos vinculados;
- II - dotações referentes à contrapartida;
- III - dotações referentes a obras em andamento; e
- IV - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

§3º A proposta orçamentária de 2023 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

§4º O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§5º A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2023, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, b e § 3º, da Constituição Federal.

§6º Na elaboração da proposta orçamentária deverão ser observadas as alterações promovidas nas transferências constitucionais e legais decorrentes da Emenda Constitucional nº 108 de 26 de agosto de 2020 e Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

Art. 8º O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 15 de agosto de 2022, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município para o exercício de 2023.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
DNI: 31.330.700-000-0000 E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)  
Fone: (32) 3336-1123 e 3336-1133

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 · E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)



# MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 10 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2023 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12 O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de elaboração do Plano Plurianual 2023/2025, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2023, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telexfax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA, MAYARA GARCIA  
CNPJ 12.389-014-0001-00  
Inscrição Estadual 12.389-014-0001-00  
Private Sector de Brasil - RFB: 0344954-0  
R\$ 0,00  
Data: 2023-01-10  
TAFURI:  
09046837610  
Número de identificação da autoridade  
Data: 2023-01-10 00:00:00  
Foto: Mayara Garcia



## **MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 14 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Art. 16 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

I – Celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – Sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres de servidores, excetuadas as hipóteses destinadas ao atendimento da educação infantil;

Art. 18 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Título: P-02-Gerado por MAYARA LOPES DA SILVA  
Data: 17/09/2013 10:45:30  
CNPJ: 07.189.010/0001-36  
Nome: MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO - MG  
Razão Social: MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO - MG  
Endereço: Rua: 00000-000  
Bairro: 00000-000  
Cidade: 00000-000  
UF: MG  
CEP: 36210-000  
Tel.: (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)  
Versão: 0.7.0

*Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)*



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

continuada, que preencham, de forma não cumulativa, a uma das seguintes condições:

I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, extensão, promoção e desenvolvimento rural;

II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – Sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

V - Se enquadrem nas hipóteses de parceria reguladas pela lei nº 13.019/2014;

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º A concessão das subvenções deverá ainda, conforme a hipótese de concessão, observar as normas estabelecidas na Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 20 É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades de direito privado, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em Conselho de Assistência Social de qualquer dos níveis da Federação;

III – Associações microrregionais, estaduais e nacionais;

IV - Consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, instituídos na forma da Lei nº 11.107, de 2005;

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§1º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§2º As vedações constantes do *caput* deste artigo não se aplicam às entidades de direito público, inclusive nas hipóteses de empresas públicas e sociedades de economia mista.

§3º Será permitida a concessão dos seguintes auxílios às pessoas físicas, sem prejuízo daqueles previstos em lei municipal específica:

I – Auxílio moradia;

II – Auxílio transporte;

III – Auxílios destinados à assistência:

a) médica, ambulatorial e hospitalar;

b) de diagnósticos e exames;

c) medicamentos;

IV – Materiais de construção para reforma e/ou construção de moradias populares no âmbito da política municipal de habitação.

V – Demais auxílios e benefícios de caráter eventual estabelecidos em lei municipal específica.

§4º As concessões de que tratam o §3º deste artigo somente serão concedidas às pessoas físicas mediante laudo da assistência social atestando a necessidade de atendimento do cidadão observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias específicas, ressalvadas as hipóteses do inciso III, em que deverão ser atendidos os requisitos do art. 2º da Lei Complementar nº 141, de 2012, e resolução regulamentadora a ser expedida pelo Conselho Municipal de Saúde.

§5º Os auxílios de que tratam o §3º deste artigo poderão ser concedidos mediante pagamento financeiro diretamente ao beneficiário, ou mediante ao

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

versão digitalizada por meio de software  
TAFURI:09046837610  
Data: 2024-01-15 10:45:20  
Uso autorizado de Pessoas Físicas e Jurídicas - ARTIGO 2º, LEI  
Câmara Municipal de Desterro do Melo - MG - 2024-01-15 10:45:20  
Câmara Municipal de Desterro do Melo - MG - 2024-01-15 10:45:20  
versão digitalizada por meio de software  
TAFURI:09046837610  
Data: 2024-01-15 10:45:20  
Uso autorizado de Pessoas Físicas e Jurídicas - ARTIGO 2º, LEI  
Câmara Municipal de Desterro do Melo - MG - 2024-01-15 10:45:20

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

terceiro que irá realizar o benefício ao cidadão ou, ainda, mediante utilização de bens, serviços e equipamentos da Prefeitura Municipal em favor do cidadão.

Art. 21 O Poder Executivo poderá realizar custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que sejam atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Dotação orçamentária prévia e com saldo suficiente para a cobertura dos gastos;

II - Formalização de termo de convênio acompanhado do respectivo plano de trabalho;

III - Justificativa do interesse público na formalização do convênio.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo é realizada nos termos e para os fins do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22 Os beneficiados com recursos públicos submeter-se-ão à fiscalização do Município, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente na forma e prazo estabelecidos no instrumento firmado, observadas, conforme o caso, as disposições do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e/ou pela Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais normas de controle social, transparência e prestação de contas.

Art. 23 A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

A presente documento foi assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA  
Data: 2023-04-13 10:53:20  
CPF: 09046837610  
Orgão: Prefeitura Municipal de Desterro do Melo - MG  
Endereço: Rua Silvério Augusto de Melo, 158 - Centro  
Cidade: Desterro do Melo - MG  
UF: Minas Gerais  
CEP: 36.210-000  
Email: gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 24 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§2º Os decretos de abertura de créditos suplementares, que tenham por fundamento autorização na lei orçamentária anual, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa.

§3º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§4º O Poder Executivo Municipal poderá realizar a repriorização, total ou parcial, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e créditos adicionais, nas seguintes hipóteses:

I - Remanejamento de recursos de um Órgão para outro Órgão.

II - Transposição através da realocação no âmbito dos programas de trabalho

dentro do mesmo Órgão.

III - Transferência através da realocação de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo Órgão e do mesmo programa de trabalho.

§5º A repriorização prevista no §4º deste artigo será realizada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e estará vinculada à extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, limitada, em qualquer caso, à trinta por cento do valor total da receita estimada constante da lei orçamentária de 2023.

§6º Fica autorizada a realização de alteração de fontes de recursos discriminados na lei orçamentária para execução de determinado elemento de despesa, que será efetivada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e não constituirá abertura de crédito adicional, nem tão pouco caracterizará a repriorização prevista no §4º deste artigo.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Aviso de Releitura da MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
09046837610  
Data: 2023-04-13 09:32:19  
O Avisador da Poder Executivo do Brasil - MPE-TJ-MG-LPF-AE  
informa que a MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
09046837610  
Realizou a leitura do documento  
Data: 2023-04-13 09:32:19  
Fonte: Poder Executivo

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

§7º A criação de fonte de recurso, desde que não importe na criação de novos programa e/ou ações, fica autorizada mediante expedição de Decreto específico.

§8º A criação de elemento de despesa, desde que não incorra na criação de novos programas e/ou ações, será realizada por meio de crédito suplementar, aberto por Decreto expedido pelo Executivo Municipal.

§9º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§10 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Executivo Municipal para elaboração da lei que por sua vez deverá observar o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido, para envio à Câmara Municipal.

§11 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Prefeito Municipal.

§12 Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais, legais ou contratuais do Município; e
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§13 As despesas descritas no §12 deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§14 Na execução das despesas constantes do §12 deste artigo, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
Assinado eletronicamente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA  
Ocorre o seguinte: O(a) Pessoal(a) com HSC2700000120  
Dado de Baixa de Preenchimento (DIB) - PIB - 01/01/2023  
Data de Emissao: 01/01/2023  
Data de Validade: 01/01/2023  
Assinado em 01/01/2023  
Assinado em 01/01/2023  
Assinado em 01/01/2023  
Assinado em 01/01/2023

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

orçamentária de 2023 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 A Lei Orçamentária de 2023 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios ou requisições de pequeno valor cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

- I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II- Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§1º A inclusão de dotações na lei orçamentária de 2023 destinadas ao pagamento de precatórios observará:

I - O art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT acrescido da modulação decorrente da declaração parcial da constitucionalidade da emenda nº 62/2009 nos autos das ações diretas de constitucionalidade de nº 4357 e 4425 em tramitação no Supremo Tribunal Federal;

II – As Emendas Constitucionais nº 94/2016 e nº 99/201;

III – A inclusão de créditos correspondentes aos valores a serem despendidos no exercício financeiro de 2023.

§2º A Prefeitura Municipal realizará pagamento de precatórios, excluídas as requisições de pequeno valor na forma e prazo estabelecidos pelo art. 97 do ADCT, observadas as normas específicas expedidas pelo Poder Judiciário.

§3º O órgão jurídico da Prefeitura Municipal comunicará ao órgão central de contabilidade, no prazo máximo de quinze dias úteis contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, bem como complementação de informações faltantes.

§4º As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, deverão ser integralmente previstas como despesas em favor dos Tribunais que proferirem as decisões exequendas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Processo: 00000000000000000000000000000000  
Data: 10/06/2023  
Assunto: Consulta de Documento  
Sistema: SISTEMA DE CONSULTA DE DOCUMENTO  
Versão: 1.0  
Data: 10/06/2023  
Assunto: Consulta de Documento  
Sistema: SISTEMA DE CONSULTA DE DOCUMENTO  
Versão: 1.0

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)



## **MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS**

§5º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios e as requisições de pequeno valor à apreciação do Órgão Jurídico Municipal pelo prazo de até 30 (trinta) dias, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 26 O Poder Executivo fará publicar até 30 de novembro de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

§1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2022, projetada para o exercício de 2023, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

§2º Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 27. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I – existirem cargos vagos a preencher;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

Protocolo: 00000000000000000000000000000000  
Data: 00/00/0000  
Assinatura: MAYARA GARCIA  
LÓPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
CNPJ: 00.000.000/0000-00  
CPF: 000.000.000-00  
RG: 000.000-00  
Data: 00/00/0000  
Assinatura: MAYARA GARCIA  
LÓPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
CNPJ: 00.000.000/0000-00  
CPF: 000.000.000-00  
RG: 000.000-00

*Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)*



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 28 Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X e 169, §1º, inc. II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam autorizadas a realização de concurso público, processo seletivo simplificado, designação pública de pessoal, concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, adequação de vencimentos de cargos e funções públicas para atendimento de piso salarial fixados nacionalmente por lei federal vinculada ao serviço público, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Ficam também autorizados, no exercício de 2023, a adequação dos vencimentos dos cargos e das carreiras da administração pública municipal face a piso que sejam estabelecidos por lei de caráter nacional, desde que previamente vinculados à existência de disponibilidade orçamentária e desde que sejam atendidos os limites de despesa de pessoal preconizados na Lei Complementar nº 101/2000 e alterações.

§2º Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no caput deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2023 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 29 No exercício de 2023, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento das áreas de educação, saúde, assistência social ou ainda nas hipóteses de serviços públicos essenciais ou nas hipóteses de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 30 O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
09046837610  
*(Redacted)*

Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
Data: 2023/03/03 10:56  
OU-285760330105 - ONU-Secretaria de Estado  
Fazenda e Planejamento - ONU-HFB-04-F-AS-OU-285760330105  
Título: Consultor(a) - MAYARA LOPES DA SILVA  
TAFURI  
TAC: 09046837610  
Público: Servidor(a) - Servidor(a) de Nível Superior  
Data: 2023/03/03 10:56:05  
Ponto Físico: Versão: 9.7.9

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)



## **MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS**

§1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito exclusivo de aplicação do previsto no *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 31 No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Na estimativa de que trata o *caput*, deverá ser considerada a despesa com a remuneração do mês em referência dos servidores efetivos, comissionados e os contratados temporariamente, incluídos os encargos e provisões de férias acrescidas de um terço e décimo terceiro salário.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 32 Poderão ser inscritas em dívida flutuante as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§2º Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

§4º O órgão de contabilidade deverá proceder a anulação dos saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

Art. 33 Considera-se contraída a obrigação:

I - No momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere na hipótese de obrigação de origem contratual;

II - Relativas à pessoal:

a) no primeiro dia útil do exercício relativo aos servidores efetivos e os estáveis na forma do art. 10 do ADCT da Constituição da República de 1988;

b) no ato da nomeação para os servidores ocupantes de cargo em comissão;

c) na data da formalização do contrato na hipótese de pessoal temporário;

§1º No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§2º Os encargos previdenciários e demais encargos remuneratórios tais como férias, abono de férias, décimo terceiro salários e demais vantagens vinculadas à remuneração deverão observar os mesmos critérios indicados no inciso II do *caput* deste artigo.

§3º Na apuração das despesas contraídas deverão ser consideradas como processadas e não processadas individualizadas pela respectiva fonte de recurso.

Art. 34 A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

§1º Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

§2º As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2023.

## CAPÍTULO VI

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:  
09046837610

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telexfax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomeло.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária deverá ser editada com o atendimento das exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Na hipótese em que o benefício a ser concedido não importe em reflexo fiscal em mais de um exercício financeiro ou que não seja possível apurar o respectivo montante do benefício no ato de expedição da lei, fica autorizada a elaboração/formalização das estimativas e demonstrações previstas no *caput* e §§1º e 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 ao final do processo de concessão do benefício.

§2º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 36 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37 Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias ou diminuição da receita, sem que estejam

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definidas no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei dispendo sobre autorização de abertura para créditos adicionais, modalidade suplementar e/ou especial ou ainda para os projetos que não gerem impacto financeiro e orçamentário no exercício que entrar em vigor e nos dois seguintes.

**Art. 38** O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do respectivo projeto de lei no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único. Em razão do fato de que a nível mundial ainda não houve declaração de término da COVID-19, e dos efeitos gerados na economia, com reflexos diretos nos valores das transferências constitucionais, arrecadação de tributos e demais transferências legais, contratuais e voluntárias, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais da LDO, mesmo depois de aprovados poderão ser revistos mediante lei específica, que demonstre a metodologia de cálculo que motivou a sua alteração.

**Art. 39** Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**§1º** Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

**§2º** Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o §1º deste artigo, publicarão ato estabelecendo os montantes que,

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA.  
TAFURI:09046837610 - CNPJ: 11.202.770/0001-30  
Data: 2020-01-13 16:09:25  
CPF: 431.010.100-01 (Mayara Garcia Lopes da Silva)  
RG: 00000000000000000000 (Mayara Garcia Lopes da Silva)  
Física: Eu, Mayara Garcia Lopes da Silva, declaro,  
que assinei digitalmente este documento.  
Data: 2020-01-13 16:09:25  
Local: Rio de Janeiro - RJ  
Nome: Mayara Garcia Lopes da Silva  
CPF: 431.010.100-01  
RG: 00000000000000000000  
Data: 2020-01-13 16:09:25  
Faz: Fazer Verba 370

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

calculados na forma do *caput*, conterão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

§3º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 excluídas:

I - As despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II - As demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Art. 40 Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 41 Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 42 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 43 Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2023, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§1º Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA  
Data: 2023-07-10 10:51:59  
UF: MG  
CPF: 000.000.000-00  
Nome: MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA  
Cargo: Secretaria de Fazenda e Interior do Município de Desterro do Melo  
Endereço: Rua Silviano Braga, 150 Centro  
Cidade: Desterro do Melo  
Estado: Minas Gerais  
CEP: 36.210-000  
Data: 2023-07-10 10:51:59  
Pasta: Poder Executivo

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

§2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá as metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44 Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro de 2022.

Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 46 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 47 Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 48 As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título,

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610

Avenida Silvério Augusto de Melo, nº 158, Fábrica, Desterro do Melo – CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)



## MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO ESTADO DE MINAS GERAIS

inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 49 Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 50 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desterro do Melo, 13 de abril de 2022.

MAYARA GARCIA  
LOPES DA SILVA  
TAFURI:09046837610  
Mayara Garcia Lopes da Silva Tafuri

Prefeita Municipal

Assinado digitalmente por MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
09046837610  
OFC-CERT: OFC-Digital, QUT-Pró-Serviços, QUT-220718000135  
OU: Oficial da Prefeitura de Desterro do Melo, DEPARTAMENTO DE HIREDO A CPF/AZ,  
QUT-Pró-Serviços  
Nome: MAYARA GARCIA LOPES DA SILVA TAFURI  
Data: 2022-04-13 16:08:50  
Fonte: Digital-Signature 772

Avenida Silvério Augusto de Melo, n.º 158, Fábrica, Desterro do Melo - CEP 36.210-000  
Telefax (32) 3336-1123 e 3336-1133 - E-mail: [gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br](mailto:gabinete@desterrodomelo.mg.gov.br)